

POLÍTICA ECONÔMICA

- 5 FEV 1986

GAZETA MERCANTIL

# Propostas concretas de Funaro no encontro com trabalhadores

por Cláudia Safatle  
de Brasília

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, está apostando na estabilização da inflação no patamar de 10 a 11% a partir de fevereiro, o que significaria uma variação anual de preços de 230 a 260%, resultado considerado ainda razoável pelos assessores do ministro da Fazenda. Caso não ocorra essa estabilização nos próximos três meses e a inflação volte a atingir patamares excepcionalmente elevados, não haveria outra alternativa senão a aplicação de "um programa de estabilização" nos moldes adotados pela Argentina e Israel. Esta hipótese, porém, ainda não está sendo discutida como uma possibilidade concreta. Funaro começa, entretanto, a buscar novas alternativas para conter os preços já depois do carnaval, retomando as conversações com os trabalhadores. Segundo um assessor do Ministério da Fazenda, Funaro vai, a esses encontros com sugestões concretas: aceita discutir sobre recomposição do salário mínimo, redução da jornada de trabalho, estabilidade de emprego e criação do seguro-desemprego. Mas descarta antecipadamente a possibilidade de oficializar a adoção da trimestrilidade, por estar convicto de que essa prática significaria mais alento à inflação.

O pacto social, como sustentam os assessores do ministro, deve ser utilizado não apenas em caso de descontrole inflacionário — hi-

pótese extrema que os técnicos não colocam na mesa agora. O entendimento com os trabalhadores é importante também para atacar a inflação considerada inercial, hoje no patamar de 10 a 11%.

Internamente as condições são, segundo os assessores do ministro, melhores do que parecem. O cenário macroeconômico mostra que o ministro da Fazenda pode, numa mesa de negociação com os trabalhadores, mostrar que a junto com o crescimento econômico de 5 a 6%, o governo vai equilibrar suas contas. O "pacote" fiscal, aprovado pelo Congresso Nacional no ano passado, foi uma verdadeira reforma tributária que vai render mais do que os Cr\$ 80 trilhões estimados inicialmente. A expectativa oficial é de que as medidas fiscais gerarão um adicional de aproximadamente Cr\$ 120 trilhões neste ano. Isso foi feito e com uma redução do Imposto de Renda dos assalariados de renda mais baixa.

Do lado das despesas do governo, os assessores sustentam que a orientação de "mão de ferro" feita pelo presidente Sarney é para valer e que o presidente não será flexível mesmo com as eleições de novembro. O raciocínio da área econômica é simples: ao presidente Sarney é mais importante ter apoio popular e credibilidade, apresentando queda da taxa de inflação, do que gastar com as eleições.

Como resultado dessa austeridade, segundo as

fontes oficiais, este ano pode encerrar-se com a inflação estabilizada e superávit nas contas públicas no conceito operacional — que mede os financiamentos do setor público, excluída a correção monetária e cambial, conforme aceita o Fundo Monetário Internacional (FMI) —, que poderá atingir de 0,2 a 0,5% do PIB. Os técnicos oficiais não estão trabalhando com o déficit nominal, que é outro conceito do FMI, mas estão montando um novo método para medir o "déficit financeiro" do setor público, que considera a necessidade de colocação de títulos públicos, a emissão de moeda mais o endividamento das empresas estatais, tanto interno quanto externo (este é um conceito que o Banco Central está elaborando e que deverá dimensionar o déficit financeiro do setor público).

Também no "front" externo, os assessores do ministro acenam com um cenário mais tranquilo. A possibilidade de um superávit comercial de US\$ 13 bilhões estaria tornando-se mais viável a partir de revisões de algumas importações, como a de petróleo, que, com a queda de preços e elevação da produção nacional, tende a ser inferior em US\$ 700 milhões do que o projetado ao final do ano passado. As exportações de café devem fender um adicional de US\$ 1,2 bilhão. A isso se soma a redução das despesas com juros externos da dívida, que os técnicos do governo estão calculando em apenas US\$ 9,8 bilhões e não mais US\$ 11 bi-

lhões. Adiciona-se ainda a possibilidade de redução do "spread" em um ponto de percentagem, que está sendo negociada pelo governo brasileiro junto aos bancos credores internacionais que, se confirmada, poderá resultar numa economia de US\$ 700 milhões neste ano.

As importações de alimentos, que garantirão um abastecimento normal do mercado interno, como sustentam os assessores do ministro, serão financiadas. Isso significa que as folgas geradas nas contas externas refletirão diretamente no nível das reservas cambiais.

Sem problemas na área externa e com as contas do governo equilibradas, resta atacar uma outra forte frente inflacionária que é o abastecimento. O programa de importações garantirá o abastecimento normal do mercado interno, envolvendo as compras de milho, arroz, carne, leite e feijão. Ontem, os técnicos do Ministério da Fazenda davam, junto com o diretor da Cacex, Roberto Fendt, a costura final nos termos dos editais da Cacex que permitirão que parte dos estoques oficiais seja comprada pelas "trading companies", já que a Interbrás importará a outra parcela. Para participar dos negócios, as "trading" terão de obter financiamentos no exterior. Os técnicos do Ministério da Fazenda contam ainda com a ajuda do Banco Mundial no financiamento das compras de arroz da Ásia, num montante estimado entre US\$ 400 milhões e US\$ 500 milhões.